

Relação entre Qualidade da Informação Contábil e as Características Organizacionais das Entidades do Terceiro Setor

FERNANDO MACIEL RAMOS

Fundação Universidade Regional de Blumenau

ROBERTO CARLOS KLANN

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Resumo

Esse estudo teve por objetivo avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil e as características organizacionais das entidades do terceiro setor. Quanto ao delineamento metodológico, caracteriza-se como descritivo, documental e com abordagem quantitativa. O universo do estudo é composto pelas organizações do terceiro setor formalmente constituídas no cenário brasileiro. Como população-alvo definiu-se as organizações com qualificação de OSCIPS e UPF, que no momento da realização do estudo, totalizavam 18.553. Trabalhou-se com uma amostra probabilística de 392 entidades. Em relação às características, os resultados apontam uma predominância das instituições constituídas sob a forma legal de associação. Quanto ao tamanho, as fundações apresentam-se maiores e, de forma global, foram fundadas nas últimas décadas. No que tange à qualidade da informação contábil, identificou-se um baixo índice de qualidade da informação reportada se comparada ao segundo setor. Por fim, os resultados apontaram que as características organizacionais de tamanho, tempo de constituição e qualificação como OSCIP possuem influência significativa e positiva sobre a qualidade da informação contábil das entidades analisadas. Conclui-se que as organizações sem fins lucrativos e órgãos regulamentadores precisam evoluir no processo de reporte da informação contábil, bem como na conscientização da importância desses relatórios para o processo de tomada de decisão e de prestação de contas públicas.

Palavras chave: Qualidade da Informação Contábil, Terceiro Setor, Prestação de contas, Contabilidade no Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

Com as mudanças nas perspectivas das pesquisas em contabilidade, em meados da década de 1980, pesquisadores começaram a investigar a contabilidade e a utilidade da informação contábil no contexto das organizações sem fins lucrativos (CRUZ, 2010), sendo os percussores das pesquisas nessa área Weisbrod e Dominguez (1986), Tinkelman (1997) e Greenlee e Brown (1999).

A literatura aponta os relatórios contábeis e financeiros como uma ferramenta de comunicação entre as organizações do terceiro setor e as partes interessadas. Um estudo realizado por Falconer e Vilela (2001) demonstrou que poucas entidades do terceiro setor divulgavam os seus relatórios financeiros, e na sua composição, as diretrizes da gestão dos recursos recebidos. Cruz (2010) salienta que no cenário nacional as pesquisas sobre a qualidade informacional contábil dessas entidades ainda são pouco exploradas, uma vez que aspectos regulamentadores e de evidenciação ainda são precários.

Estudos apontam (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; DECHOW; DICHEV, 2002; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; LEE; MASULIS, 2009; MURCIA; SANTOS, 2009; ALMEIDA, 2010; LIMA, 2010; BEHN; DeVRIES; LIN, 2010; SAXTON; KUO; HO, 2011; CANG; CHU; LIN, 2014) que alguns fatores como porte, o tempo de constituição, área de atuação, empresa de auditoria e outras características podem estar relacionados à qualidade da informação contábil gerada e a evidenciação. Dessa forma, considerando-se a incipiência de estudos nessa área e a importância da divulgação de informações com qualidade por parte das entidades do terceiro setor, a presente pesquisa ocupa-se da seguinte problemática: *Qual a relação entre a qualidade da informação contábil divulgada e as características das entidades do terceiro setor brasileiras?* E para responder a essa questão traçou-se como objetivo avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil divulgada e as características das entidades do terceiro setor brasileiras.

No campo teórico, este estudo, além de discutir a qualidade da informação contábil, que já é amplamente estudada no meio científico, visa abordá-la em um campo ainda pouco explorado, que é o contexto do terceiro setor e ainda auxiliar na discussão sobre as determinantes da qualidade dos reportes financeiros nesse campo de pesquisa. No âmbito social, investigar as entidades do terceiro setor é de suma importância devido à relevância destas organizações no meio econômico e social.

Investigar a qualidade da informação contábil de uma organização sem fins lucrativos é tão importante quanto para as entidades de capital aberto, pois um grande grupo de partes interessadas, tais como doadores, governo, sociedade, colaboradores, gestores, fornecedores e usuários, preocupam-se e precisam saber informações sobre os ganhos da entidade, a fim de que se possa conhecer o seu desempenho econômico e financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

O principal objetivo das demonstrações financeiras das organizações do terceiro setor é proporcionar informações que satisfaçam os interesses dos usuários externos, sendo: (i) um mecanismo capaz de fornecer informações sobre a eficiência e eficácia dos serviços realizados por essas organizações; (ii) uma ferramenta de avaliação dos gestores das organizações; e ainda (iii) fornecedoras de informação aos investidores sociais, credores e outros sobre as perspectivas de fluxo de caixa e avaliação de desempenho dessas entidades (FALK, 1992; KEATING; FRUMKIN, 2003; PARSONS, 2007; BEHN; DeVRIES; LIN, 2010; FASB, 2010; BEISLAND; MERSLAND, 2013).

No terceiro setor, os relatórios contábeis e financeiros são vistos em uma perspectiva de *accountability*, ou seja, como ferramenta de prestação de contas da gestão em relação aos

recursos obtidos (FALK, 1992; KEATING; FRUNKING, 2003; HAGER, POLLACK; RONNEY, 2001). Essas organizações possuem diversos interessados, tanto nos aspectos econômicos e financeiros, como na qualidade dos serviços e produtos oferecidos, além da sustentabilidade e continuidade operacionais dessas entidades (BEISLAND; MERSLAND, 2013). Assim, é de suma importância que a informação contábil fornecida tenha utilidade.

Porém, para que a informação contábil dessas entidades seja útil ao processo decisório, ela deve conter as seguintes características qualitativas fundamentais e de melhoria: relevância, materialidade, representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (FASB, 2010; CPC 00, 2012). Todas as características qualitativas são voltadas ao fornecimento de informações úteis aos usuários da informação contábil. A informação contábil útil é capaz de fornecer evidências aos seus usuários que sejam úteis no processo de tomada de decisão.

Estudos voltados à análise dos fatores determinantes da qualidade informacional da contabilidade apontam que existe relação (positiva/negativa) entre as características das organizações com maior grau de qualidade da informação contábil, bem como, com o nível de evidenciação das entidades, tanto no contexto das empresas privadas quanto das organizações sem fins lucrativos.

Estudos realizados com entidades do mercado financeiro demonstram a existência de uma relação entre o tamanho e o nível da qualidade da informação contábil e o nível de evidenciação (BALL; FOSTER, 1982; LANG; LUNDHOLM, 1993; BHOJRAJ; BLACCONIERE; D'SOUZA, 2004; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010; HOLANDA et al., 2012; BRANDÃO et al., 2013). Esses estudos demonstram que maiores organizações exigem maior nível de controle e, conseqüentemente, melhores informações contábeis, enquanto organizações menores possuem maior propensão à deficiência nos seus controles internos, o que pode fazer com que as demonstrações contábeis não reflitam com fidelidade a situação econômica e financeira das organizações (DOYLE; GE; McVAY, 2007; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010).

Outra vertente, voltada às organizações sem fins lucrativos, aponta que o tamanho das organizações remete também à reputação dessas entidades, uma vez que entidades maiores sentem a necessidade da profissionalização da gestão. Com isso, a definição clara dos seus objetivos, políticas, procedimentos e ações, que levam ao alcance das suas intenções sociais, tornam os relatórios contábeis relevantes para a análise dos interessados nessas organizações. Além disso, essas instituições estão expostas a maior pressão social e política por parte dos seus usuários (TRUSSEL; PARSONS, 2007; JEGERS, 2008; KITCHING, 2009; CRUZ, 2010), bem como em instituições maiores, os custos com a preparação das informações contábeis são mais facilmente suportados (MURCIA; SANTOS 2009). Frente ao exposto, elaborou-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁ – A qualidade da informação contábil está relacionada positivamente com o tamanho das entidades do terceiro setor.

O tempo de constituição, ou também como pode ser denominado a idade, também é apontada pela literatura como uma característica de reputação, a qual remete a conotação de que quanto mais antigas, mais experientes são essas entidades (CRUZ, 2010). Beisland e Mersland (2013) afirmam que o tempo de constituição das organizações pode afetar a qualidade das informações contábeis, tendo em vista que, com o passar do tempo, as organizações vão adotando práticas e mecanismos que levam a maior nível de profissionalização, garantindo que os relatórios contábeis tenham maior utilidade aos seus usuários. Dessa forma, constitui-se a segunda hipótese do estudo:

H₂ – Existe uma relação positiva entre a qualidade da informação contábil e o tempo de constituição das entidades analisadas.

A auditoria tem como sua principal função o exame dos registros contábeis, certificando a confiabilidade dos dados fornecidos pelas entidades. A realização da auditoria assegura que as demonstrações contábeis divulgadas sejam confiáveis e representem fidedignamente a situação patrimonial e econômica das organizações, bem como, a confiabilidade dos controles internos de uma entidade, o que pode assegurar maior qualidade das informações contábeis reportadas (CARDOZO, 1989; POWER, 2003; JEGERS, 2008; PUYVELD et al., 2012). Cardozo (1989), Power (2003), Jegers (2008) e Puyveld et al. (2012) argumentam que a realização da auditoria nas demonstrações contábeis das organizações sem fins lucrativos assegura maior nível de confiabilidade dos dados financeiros, fazendo com que os relatórios contábeis sejam mais confiáveis do que os relatórios daquelas entidades que não são examinadas por auditores externos. A partir disso elabora-se a terceira hipótese dessa pesquisa.

H₃ – Organizações sem fins lucrativos que possuem auditoria externa apresentam maior nível de qualidade da informação contábil.

A partir dos dados coletados por meio do instrumento de pesquisa e posterior aplicação das técnicas estatísticas, será possível aceitar ou refutar as hipóteses supracitadas. O aceite da H₁, infere-se que o tamanho das entidades influencia o processo de elaboração das informações contábeis, melhorando o nível de divulgação das informações, o que significa que entidades maiores tendem a divulgar mais informações do que as menores, o que resulta em maior qualidade da informação contábil reportada, da mesma forma a H₂, a qual se for confirmada, demonstrará que o tempo de constituição, ou seja, a experiência das entidades, influencia no nível de divulgação, o que significa que entidades mais experientes possuem uma tendência a possuir melhor índice de qualidade da informação contábil. Já a H₃, caso se aceite, infere-se que organizações sem fins lucrativas auditadas possuem uma tendência em apresentar maior nível de divulgação e com isso, a realização de auditoria independente nas demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos influencia para um maior nível de qualidade da informação contábil.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois visa inicialmente avaliar a qualidade da informação contábil das organizações brasileiras sem fins lucrativos e, posteriormente, relacioná-las com as características destas entidades. Trata-se de uma investigação documental, neste caso, as demonstrações contábeis e demais relatórios contábeis disponíveis para análise.

A pesquisa classifica-se também como quantitativa, pois utiliza de métodos probabilísticos para a definição da amostra a ser analisada. Também emprega métodos estatísticos univariados (média, mínimo, máximo, desvio padrão, correlação de Pearson) para análise das características das entidades, e multivariados (regressão linear múltipla) para análise da influência das características das entidades do terceiro setor sobre a qualidade da informação contábil.

3.1 População e amostra

A população deste estudo é composta pelas organizações do terceiro setor oficialmente constituídas no Brasil, sendo que essas entidades possuem determinadas características em comum, pertinentes à realização desse estudo e coerentes com o preconizado na literatura (SALAMON; ANHEIR, 1997). Devido ao baixo índice de publicação das demonstrações

contábeis pelas entidades que compõem o universo desta pesquisa, foi necessário definir a população alvo, sendo nesse caso, o total das entidades qualificadas como OSCIP e de UPF, as quais totalizavam 18.553 instituições brasileiras em outubro de 2013. Classificam-se as OSCIP e as organizações de UPF como estudo alvo, uma vez que estas são obrigadas a realizar a prestação de contas e apresentar as suas demonstrações contábeis ao CNEs/MJ.

Conhecida a população alvo do estudo, foi necessária a definição da amostra a ser analisada. Para Freitas et al. (2000), a melhor amostra de uma pesquisa é a representatividade de uma população ou um modelo dela. Assim, a amostra deste estudo é probabilística, sendo que para o plano amostral partiu-se da população alvo, com um grau de confiabilidade de 95%, o que determinou uma amostra de 392 instituições sem fins lucrativos.

O período de coleta e análise de dados se restringe ao ano de 2012, em virtude que no momento da coleta de dados, ainda não haviam sido publicadas as demonstrações contábeis de 2013 das entidades cadastradas no CNE's público. Além disso, a utilização de anos anteriores fica restrita em virtude de não existir regularidade de apresentação das demonstrações contábeis por parte das entidades do terceiro setor ao Ministério da Justiça.

3.2 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados desse estudo ocorreu em duas etapas: a primeira para capturar as variáveis utilizadas para caracterizar as instituições; e a segunda, as demonstrações contábeis para mensuração do índice de qualidade da informação contábil das entidades que compuseram a amostra. No Quadro 1 apresentam-se as variáveis utilizadas com a respectiva operacionalização, classificação, local e a base de dados utilizada.

Quadro 1 – Variáveis Utilizadas

Variáveis		Operacionalização	Classificação	Local	Base de Dados
Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQC)		Check-list com 59 questões sobre a evidenciação de informações nas demonstrações contábeis das entidades, com resposta binária, atribuindo-se 1 para itens evidenciados e 0 para os não evidenciados.	Dependente	Demonstrações Contábeis	CNEs/MJ
Tamanho (logTAM)		Tamanho = log do Ativo Total	Independente	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Relatório CNEs/MJ	CNEs/MJ
Tempo de Constituição (logTCONST)		Idade = log da diferença entre o ano atual e a data de fundação			Secretaria da Receita Federal
Auditoria (AUD)		AUD = (1) Auditada; (0) Não auditada			CNEs/MJ
Forma Legal (FORML)	Associação (ASSOC)	ASSOC = (1) Associação (0) Fundação	Variáveis de Controle	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Relatório CNEs/MJ	Secretaria da Receita Federal
	Fundação (FUND)	FUND = (1) Fundação (0) Associação			
Certificação (CERT)	OSCIP (OSCIP)	OSCIP = (1) OSCIP (0) Outra			Secretaria da Receita Federal
	UPF (UPF)	UPF = (1) UPF (0) Outra			

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Para mensuração do índice de qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor brasileiras analisadas, foi utilizado um *check-list* de itens que foi construído a partir da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 e ITG 1000. O instrumento de pesquisa utilizado é composto por 59 critérios de análise e subdividido em 7 seções, que visam capturar o nível de evidenciação dessas entidades.

Nesta pesquisa os dados coletados são secundários, em virtude de serem coletados das demonstrações contábeis apresentadas no sítio do CNEs/MJ, da Receita Federal do Brasil e das próprias entidades. Apesar da base de dados do CNEs/MJ ser relativamente nova, ela é singular no cenário nacional, pois configura-se como um mecanismo de divulgação das informações contábeis das entidades do terceiro setor no Brasil (CRUZ, 2010). A análise dos dados foi realizada em três etapas, utilizando técnicas de estatística univariada e multivariada. A primeira etapa consistiu na caracterização das instituições por meio de medidas de estatística descritiva, tais como médias, mínimos, máximos e desvio padrão das seguintes características: tamanho, área de atuação, tempo de constituição, organizações auditadas, forma legal e tipo de certificado obtido. Já no segundo momento foi realizada a avaliação da qualidade da informação contábil destas entidades, por meio do índice de evidenciação, resultando em um indicador que foi analisado também por meio de estatística descritiva.

Na terceira e última etapa testou-se as hipóteses da pesquisa, a partir da técnica de correlação de Pearson e regressão linear múltipla. Para tanto, foi necessária a realização dos testes de pressupostos da regressão. Para a identificação da normalidade dos dados foi realizado o teste de *Kolmogorov-Smirnov*; para a análise da multicolinearidade aplicou-se o teste de *Variable Inflation Factor* (VIF) - (Fator de Inflação da Variância); para a análise da homoscedasticidade realizou-se o Teste de Levene; foi analisada ainda a autocorrelação dos resíduos por meio do teste de *Durbin-Watson*.

Para realização da regressão linear múltipla foram definidos cinco modelos. O primeiro modelo proposto considera logTAM, logTCONST, AUD, ASSOC, FUND, OSCIP, UPF como variáveis preditoras do IQIC, sendo então utilizada a seguinte equação de regressão:

$$IQIC = \beta_1 * \log TAM + \beta_2 * \log TCONST + \beta_3 * AUD + \beta_4 * ASSOC + \beta_5 * FUND + \beta_6 * OSCIP + \beta_7 * UPF \quad (1)$$

A equação do segundo modelo considerou apenas as variáveis de controle como preditoras do IQIC:

$$IQIC = \beta_1 * ASSOC + \beta_2 * FUND + \beta_3 * OSCIP + \beta_4 * UPF \quad (2)$$

O terceiro foi realizado para avaliar apenas a influência das formas legais sobre a variável dependente, sendo utilizada a seguinte equação de regressão:

$$IQIC = \beta_1 * ASSOC + \beta_2 * FUND \quad (3)$$

No quarto modelo buscou-se analisar o poder de explicação do título de qualificação das entidades sem fins lucrativos no grau de qualidade da informação contábil, sendo que para isso foi delineada a equação 4:

$$IQIC = \beta_1 * OSCIP + \beta_2 * UPF \quad (4)$$

O quinto e último modelo proposto, visou analisar a influência das variáveis independentes do estudo sobre a qualidade da informação contábil das entidades analisadas, o que gerou a seguinte equação de regressão:

$$IQIC = \beta_1 * \log TAM + \beta_2 * \log TCONST + \beta_3 * AUD \quad (5)$$

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização das entidades do terceiro setor

O conjunto de organizações sem fins lucrativos analisadas nessa pesquisa é composto por 91,84% de entidades enquadradas em sua forma legal como associação e 8,16% como fundação. Observa-se com isso uma disparidade de caracterização jurídica dessas entidades, a qual é coerente com a realidade do universo das entidades do terceiro setor. Outros estudos como o de Silva et al., 2011 apontam uma predestinação das organizações em constituir-se como associação ao invés de fundação devido a dois aspectos: (i) primeiro o ato de m constituição é menos oneroso, mais simplificado e com regras menores em relação ao da fundação; (ii) o fato de não haver a necessidade de destinação patrimonial.

Conforme já citado, as organizações são qualificadas como OSCIP's ou UPF, dessa forma, identificou-se que aproximadamente 52% das organizações constituídas na forma de associação possuem qualificação como OSCIP, sendo essa certificação predominante, enquanto apenas cerca de 48% das associações qualificam-se como UPF. Já quando analisado o contexto das fundações, a situação é inversa, ou seja, apenas 31,25% mantêm o título de OSCIP, enquanto 68,75% são qualificadas como UPF.

Na Tabela 2 apresenta-se a estatística descritiva acerca do tamanho das associações e fundações privadas analisadas, o qual foi medido pelo ativo total das organizações.

Tabela 2 – Tamanho das organizações

	Global	Associação	Fundação
Mínimo	6,61	6,61	1.299,00
Máximo	638.936.140,24	638.936.140,24	106.902.623,00
Média	5.974.072,52	5.585.962,41	10.340.311,18
Mediana	275.753,62	259.248,65	679.298,65
Desvio Padrão	36.136.765,24	38.490.169,69	24.118.913,78

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A Tabela 2 apresenta que a entidade com maior patrimônio constitui-se como associação, com um ativo total de R\$ 638.936.140,24, enquanto a maior fundação possui um patrimônio de R\$ 106.902.623,00. Verifica-se ainda que o ativo total médio das entidades é de R\$ 5.974.072,52. Esse média é semelhante a encontrada nas associações, porém, no contexto das fundações, ela passa para R\$ 10.340.311,18. O fato das fundações apresentarem-se maiores pode estar atrelado à necessidade dos fundadores na integração de patrimônio no momento de constituição dessas organizações.

Além do tamanho, o tempo de constituição das organizações também é descrita na literatura como relacionada à reputação organizacional. Acerca do tempo de constituição, autores como Doyle, Ge e McVay (2007) e Beisland e Mersland (2013) preconizam que o tempo de atuação maior de uma entidade pode levá-la a aprendizagens decorrentes de situações já vivenciadas e, com isso, a aquisição de experiência e evolução nos controles internos existentes. Na Tabela 3 são apresentados os números de entidades por grupo de tempo de constituição.

Tabela 3 – Classificação por tempo de constituição

IDADE	ASSOCIAÇÃO		FUNDAÇÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
0 a 10 anos	115	31,94	5	15,63	120	30,61
11 a 20 anos	128	35,56	13	40,63	141	35,97
21 a 30 anos	66	18,34	9	28,12	75	19,14
31 a 40 anos	26	7,22	2	6,25	28	7,14

Acima de 40 anos	25	6,94	3	9,37	28	7,14
Total	360	100	32	100	392	100

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a Tabela 3, grande parte das entidades possui tempo de constituição entre 11 a 20 anos, o que corresponde a 36% das entidades analisadas. Na sequência, encontram-se as entidades que possuem de 0 a 10 anos, com um percentual de participação de 30,6%. Essas informações são coerentes com os apresentados pelo censo realizado pelo IBGE e apresentado no FASFIL (2012), que demonstra que 51% das entidades foram constituídas entre os anos de 1991 a 2005.

Com base no que foi preconizado no estudo realizado pelo IBGE e pelo FASFIL (2012), além dos dados obtidos nesse estudo, pode-se chegar a duas observações a respeito desse setor no Brasil: (i) primeiramente que houve uma expansão das entidades nas últimas duas décadas, uma vez que a sua presença em décadas anteriores é menor; e (ii) pode estar ocorrendo uma dificuldade da sustentabilidade dessas instituições no decorrer dos anos.

As organizações sem fins lucrativos, independentes da área de atuação, devem atender as demandas por parte dos seus usuários para a geração de relatórios contábeis e financeiros confiáveis. Frente a isso, a auditoria é um dos mecanismos para garantir a confiabilidade dos relatórios evidenciados. Dentre as entidades analisadas, foi identificado que apenas 38,38% das organizações informaram a realização de auditoria independente nas suas demonstrações contábeis, o que representa 13 fundações e 139 associações. Outra informação identificada é o número de entidades por título que realizam auditoria, 40,13% das entidades qualificadas como OSCIP e 59,87% das UPFs.

Após a análise das variáveis que dão conta da caracterização das entidades que compõe a amostra, apresenta-se na sequência a análise da qualidade da informação contábil das organizações sem fins lucrativos brasileiras, por meio do nível de evidenciação.

4.2 Índice de qualidade da informação contábil

A evidenciação contábil no contexto das organizações sem fins lucrativos é de suma importância, pois é por meio dos relatórios contábeis que as entidades poderão prestar contas e divulgar informações importantes sobre a sua situação econômica, financeira e operacional. Na Tabela 4 apresentam-se as estatísticas descritivas acerca do índice de qualidade da informação contábil das entidades, o qual foi apurado após a análise da evidenciação dos itens analisados.

Tabela 4 – Estatística descritiva do índice da qualidade da informação contábil

Painel A – Estatística Descritiva IQIC				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
IQIC	32,4%	10%	54%	7,94%
Painel B – Estatística Descritiva do IQIC por Área de Atuação				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Assistência Social	32%	15%	47%	7%
Cultura	31%	10%	54%	10%
Desenvolvimento e Defesa dos Direitos	33%	10%	53%	9%
Educação	33%	10%	47%	7%
Habitação	34%	34%	34%	-
Meio Ambiente e Proteção Animal	31%	12%	49%	11%
Religião	34%	24%	42%	9%
Saúde	34%	22%	51%	6%
Painel C – Estatística Descritiva IQIC por Forma Legal				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Associação	32%	10%	54%	8%

Fundação	35%	10%	46%	7%
Painel D – Estatística Descritiva IQIC por Qualificação				
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
OSCIP	30%	10%	51%	8%
UPF	35%	20%	54%	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao analisar o índice de qualidade da informação contábil (IQIC) apurado, identifica-se uma situação preocupante, pois o maior índice encontrado foi de 54%, o que representa uma evidenciação de pouco mais da metade dos itens que deveriam ser divulgados pelas entidades. Se comparado com estudos como os de Lima (2010) e Gabriel e Silveira (2011), que também utilizaram um índice de evidenciação para mensurar a qualidade da informação contábil, porém, em entidades com fins lucrativos, pode-se afirmar que a qualidade informacional contábil das entidades sem fins lucrativos brasileiras está aquém das entidades do setor com fins lucrativos.

A média de evidenciação apurada neste estudo foi de 32,40% e o mínimo de 10%, enquanto no mercado financeiro os estudos de Lima (2010) e Gabriel e Silveira (2011) demonstraram um índice médio de 64,82% e 67,17%, respectivamente. Os menores índices de evidenciação nesses estudos foram de 62,62% e 29,17% respectivamente, o que aponta que as entidades do terceiro setor possuem baixo IQIC se comparado às entidades do segundo setor.

Quando analisado IQIC por área de atuação, identificou-se que apenas as entidades de três áreas possuem índice superior a 50% dos itens analisados, como a área de Cultura (54%), Desenvolvimento e Defesa dos Direitos (53%) e Saúde (51%). Já as entidades da área de Habitação e Religião apresentaram os menores índices. Essa diferença pode estar ligada ao fato de que geralmente entidades ligadas à promoção da cultura estão relacionadas à editais de fomento à cultura, o que as leva ao cumprimento de determinadas regras e a prestação de contas dos recursos obtidos a órgãos específicos.

Ao analisar os dados por forma legal das entidades, identifica-se que as fundações possuem nível de evidenciação ligeiramente superior do que as associações, com índice médio de evidenciação de 35% contra 32% das associações. Esse resultado é plausível, uma vez que as fundações são regidas por normas mais rígidas do que as associações, pois as fundações são constituídas a partir de uma escritura pública, denominada Estatuto, e precisam obter autorização de funcionamento junto ao Ministério Público (MP) e devem prestar contas anualmente ao MP do estado de sua sede, além de informar qualquer alteração relacionada aos seus aspectos operacionais e financeiros. Vale lembrar que a obrigatoriedade de prestação de contas anuais é determinada pelo art. 66 do Código Civil, bem como pela sanção de atos normativos, os quais são dispostos pelo MP de cada estado brasileiro.

De forma geral, os índices demonstram um baixo nível da qualidade informacional contábil das entidades brasileiras, pois 98,72% das entidades investigadas apresentaram menos de 50% dos itens que deveriam ser divulgados, determinados pelas normas contábeis como necessários para que a informação contábil seja útil à tomada de decisão de investidores sociais, credores, gestores, governo e demais partes interessadas nessas entidades.

4.3 Relação entre qualidade da informação contábil e as características organizacionais

Como foco principal desse estudo é avaliar a relação entre as características organizacionais e a qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor, foi realizado inicialmente o teste de correlação de Pearson para analisar a relação entre as variáveis ativo, tempo de constituição, contratação de auditoria independente, forma legal e certificação com o índice de qualidade da informação contábil identificado nas entidades analisadas. Na Tabela 5 apresentam-se os resultados do teste realizado.

Tabela 5 – Teste de Correlação de Pearson

		IQIC	TAM	TCONST	AUD	ASSOC	FUND	OSCIP	UPF
IQIC	Correl	1	,499**	,334**	,307**	-,090	,090	,270**	-,270**
	N	392	392	392	392	392	392	392	392
logTAM	Correl		1	,420**	,535**	-,116*	,116*	,200**	-,200**
	N		392	392	392	392	392	392	392
logTCONST	Correl			1	,322**	-,092	,092	-,608**	,608**
	N			392	392	392	392	392	392
AUD	Correl				1	-,011	,011	,157**	-,157**
	N				392	392	392	392	392
ASSOC	Correl					1	-1,000**	,112*	-,112*
	N					392	392	392	392
FUND	Correl						1	-,112*	,112*
	N						392	392	392
OSCIP	Correl							1	-1,000**
	N							392	392
UPF	Correl								1
	N								392

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Legenda: IQIC – Índice de qualidade da informação contábil; logTAM – log do Tamanho; logTCONST – log do tempo de constituição; AUD – Organização auditada; ASSOC – Associação; FUND – Fundação; OSCIP; UPF.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O resultado do teste de correlação apresentado na Tabela 5 apresenta uma relação positiva ($p < 0,01$) e significativa entre a qualidade da informação contábil e as características tamanho, tempo de constituição, auditoria e as organizações certificadas como OSCIPs.

A correlação entre o índice de qualidade da informação contábil e o tamanho demonstrando que entidades maiores possuem maior nível de qualidade dos relatórios financeiros. Esse resultado é convergente com os estudos já realizados com instituições do mercado financeiro (BALL; FOSTER, 1982; LANG; LUNDHOLM, 1993; BHOJRAJ; BLACCONIERE; D'SOUZA, 2004; DECHOW; GE; SCHARAND, 2010; HOLANDA et al., 2012; BRANDÃO et al., 2013). Esse resultado demonstra que as entidades sem fins lucrativos brasileiras mais experientes estão mais aptas a apresentar informações contábeis em conformidade, uma vez que essas tendem a ter mais experiência para lidar com os relatórios e números contábeis.

Além dessas variáveis, o índice de qualidade da informação contábil apresenta-se relacionado positivamente com as OSCIPs e negativamente com as UPFs. Tal resultado demonstra que existe diferença na qualidade da informação contábil entre o tipo de certificado recebido pelas entidades sem fins lucrativos. Além disso, as entidades qualificadas como OSCIPs estão relacionadas positivamente com a realização de auditoria, o que pode justificar a relação positiva entre esse título e o IQIC. O art. 4º da Lei nº 9.790/99 dispõe que as entidades qualificadas como OSCIPs deverão contratar auditores independentes para realização da auditoria das suas demonstrações contábeis e, se for necessário, também dos recursos oriundos do termo de parceria, o que justifica as relações identificadas.

Na Tabela 5 é verificada ainda uma relação positiva entre tamanho, auditoria e tempo de constituição, o que sugere que entidades maiores são mais experientes e são as que tendem à contratação/realização da auditoria independente sobre as suas demonstrações contábeis.

Realizado o teste de correlação, apresentam-se os resultados dos testes de regressão linear múltipla, com os cinco modelos de equações propostos, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 – Regressão Linear Múltipla – Modelos 1 ao 5

Variáveis	Mod 1	Mod 2	Mod 3	Mod 4	Mod 5
logTCONST	,126* (2,588)				,126* (2,588)
LogTAM	,440* (7,982)				,439* (7,989)
AUD	,019 (0,367)				,013 (0,247)
OSCIP	,109** (1,974)	,109* (0,263)		,270* (5,539)	
ASSOCIAÇÃO	-,040 (-0,910)	-,040 (-0,061)	-,090 (-1,971)		
R	,522	,277	,090	,270	,512
R ²	,272	,077	,008	,073	,262
Sig	,000 ^b	,000 ^b	,074	,000	,000
Durbin-Watson	1,737	1,763	1,636	1,744	1,711
N	392	392	392	392	392

* significativo a 1%. ** significativo a 5%. Valores entre parênteses: estatística t.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A partir da Tabela 6 é possível apontar que o modelo 1 proposto é significativo e as variáveis independentes conseguem explicar 27,2% do índice de qualidade da informação contábil. Por meio dos resultados do teste do modelo 1 constata-se que três variáveis são significativas, logTAM, logTCONST e OSCIP, o que é convergente com os resultados da correlação apresentados na Tabela 6. Porém, diverge em relação à variável AUD, pois no modelo proposto não apresentou significância. As variáveis FUND e UPF foram excluídas do modelo, o que pode ser explicado, uma vez que essas são variáveis *dummies* excludentes, ou seja, aquelas que não são FUND são ASSOC, da mesma forma as entidades que não são UPF são OSCIPs.

Além do modelo supracitado, foram propostos ainda mais quatro modelos, no intuito de identificar o conjunto de variáveis com maior poder explicativo para o nível da qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor. No segundo modelo proposto considera-se o IQIC como variável dependente e como variáveis independentes as variáveis de controle do modelo OSCIP, UPF, FUND e ASSOC.

O modelo 2 proposto apresentou-se significativo, porém, apenas a variável OSCIP apresentou significância, com uma influência positiva sobre o índice de qualidade da informação contábil, o que é coerente com o teste realizado anteriormente. Além disso, observa-se que o modelo 2 possui um poder explicativo de apenas 7,70% sobre o IQIC.

O terceiro modelo de regressão proposto considera o IQIC como variável dependente e analisa apenas a influência das formas legais

Observa-se que o modelo 3, que considera apenas a variável de forma legal das instituições para predição do índice de qualidade da informação contábil não é significativo, ou seja, a forma legal de constituição das organizações sem fins lucrativos não é capaz de explicar isoladamente a qualidade da informação contábil, mesmo que as fundações estejam sujeitas a maior rigor de constituição e acompanhamento para adequacidade das suas transações por parte do MP.

No quarto modelo são consideradas como variáveis preditoras do IQIC apenas a titulação obtida pelas entidades do terceiro setor.

Diferentemente da forma legal, é possível apontar, a partir dos resultados apresentados no modelo 4, que o título de qualificação como OSCIP obtido pelas organizações sem fins lucrativos contribui para uma melhora na qualidade da informação contábil, pois a variável

OSCIP apresentou influência significativa e positiva sobre o IQIC, sendo que o poder explicativo da titulação é de 7,30%.

O modelo 5 considera as variáveis logTAM, logTCONST e AUD como preditoras e possui um poder explicativo de 26,20% do índice da qualidade da informação contábil, sendo que as variáveis logTAM e logTCONST foram as que apresentaram-se com influência positiva em relação ao IQIC. A variável AUD não se mostrou significativa no modelo, o que diverge da relação identificada no teste de correlação de Pearson, conforme já constatado também no modelo 1.

Comparando os modelos propostos, é possível apontar que o modelo 1 é o que possui maior poder explicativo sobre o índice de qualidade da informação contábil das entidades analisadas. O modelo 5 é o segundo em termos de poder de explicação, pois é capaz de explicar 26,2% do índice. Esses dois modelos têm em comum as variáveis independentes logTAM, AUD e logTCONST, sendo que em ambos as variáveis logTAM e logTCONST apresentaram influência positiva e significativa na qualidade da informação contábil das organizações da amostra, o que influenciou para que o R² desses modelos fosse superior aos demais.

Já a variável AUD não se mostrou significativa, com um coeficiente β de 0,019 no primeiro modelo e 0,013 no segundo, o que demonstra baixa influência no contexto analisado, mesmo tendo apresentado correlação significativa no teste de correlação de Pearson (Tabela 5), pois o beta de correlação entre as variáveis IQIC e AUD, apesar de significativo, apresentou-se baixo (0,307).

A não influência da realização da auditoria na qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor é contrária às expectativas deste estudo, bem como à literatura existente, que aponta sua influência sobre a qualidade da informação contábil. Apesar disso, constata-se que esse resultado é convergente com o estudo de Saxton, Kuo e Ho (2011). Para esses autores, tal resultado demonstra que a utilização apenas da auditoria independente, de forma exclusiva, como forma de governança não é capaz de garantir maior nível de evidenciação e, conseqüentemente, maior qualidade da informação contábil reportada.

No contexto do segundo setor, a auditoria demonstra-se em alguns estudos, já citados, como influenciadora da qualidade das informações contábeis, mas há também estudos (BAUWHEDE; WILLEKENS; GAEREMYNCK, 2003; JEONG; RHO, 2004; IATRIDIS; 2011) que não identificaram uma influência significativa dessa variável. De acordo com esses autores, essa não influência pode estar relacionada a outros fatores, como a recorrente troca da empresa de auditoria e elementos que envolvem a qualidade do trabalho de auditoria.

Além das variáveis supracitadas, ressalta-se que o título de OSCIP também apresentou-se significativo em dois modelos (modelo 1 e modelo 4), o que suporta ser indicado como um fator que contribui para melhor qualidade da informação contábil. Esse resultado pode estar atrelado ao fato dessas organizações serem maiores, conforme identificado no teste de correlação. Além disso, a legislação que rege as organizações tituladas como OSCIPS prevê a obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis. A realização de auditoria dessas demonstrações e dos termos de parceria também pode contribuir para que essas entidades apresentem maior nível de qualidade da informação contábil.

A influência do título de qualificação como OSCIP sobre a qualidade da informação contábil reportada pelas instituições sem fins lucrativos é coerente com os resultados do estudo de Yetmann e Yetmann (2004), os autores sugerem que os esforços dos órgãos regulamentadores em maior nível de controle e monitoramento faz com que as práticas de governança adotadas coercitivamente contribuem para que haja uma minimização de ações

oportunistas, erros e falhas no processo de elaboração e apresentação das informações contábeis das organizações sem fins lucrativos.

Os resultados acerca das variáveis TAM e TCONST são convergentes com os estudos de Yetmann e Yetmann (2004); Behn, DeVries e Lin (2010); Cruz (2010) e Beisland e Mersland (2013), nos quais essas variáveis apresentaram-se com poder explicativo e de influência significativa sobre a qualidade da informação contábil. Assim, infere-se que entidades maiores possuem a necessidade de melhores controles internos e demandam de informações mais claras para o processo de tomada de decisão. Da mesma forma, com o passar do tempo, existe uma tendência de evolução dos controles internos a fim de atender às necessidades decorrentes das atividades organizacionais, colaborando, conseqüentemente, para melhor qualidade da informação contábil (BEISLAND; MERSLAND, 2013).

Com esse resultado, é possível aceitar a H_1 do estudo, a qual previa uma relação positiva entre o tamanho das organizações sem fins lucrativos e a qualidade da informação contábil. A H_2 , que preconizava a existência de uma relação positiva entre a qualidade da informação contábil e a tempo de constituição das entidades analisadas, também pode ser aceita, pois o teste de correlação e o teste de regressão demonstraram, respectivamente, uma relação e influência positiva entre o IQIC apurado e o tempo de constituição das organizações sem fins lucrativos analisadas.

Já a H_3 , que previa uma relação positiva entre as organizações sem fins lucrativos que possuem auditoria externa e um nível maior de qualidade da informação contábil, não pode ser aceita. Apesar dos resultados apontarem que ela está relacionada positivamente com uma melhor qualidade da informação contábil, foi identificada uma influência baixa, de apenas 1,3%, no primeiro modelo, e de 1,9% no modelo 5, ambas não significativas. Cabe mencionar que a influência da auditoria sobre a qualidade da informação contábil não é conclusiva, e abre espaço para que novas pesquisas sejam realizadas no âmbito do terceiro setor, uma vez que a literatura dispõe ainda sobre outros aspectos relacionados à auditoria, como rodízio da firma de auditoria e a realização da auditoria por uma *BigFour*, fatores que podem influenciar a qualidade da informação contábil reportada, dados que não foram capturados neste estudo. Na seção seguinte apresentam-se as considerações finais do estudo e as recomendações para futuras pesquisas a partir dos resultados encontrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo avaliar a relação entre a qualidade da informação contábil divulgada e as características das entidades do terceiro setor brasileiras. Quanto à qualidade da informação dos relatórios contábeis divulgados pelas organizações do terceiro setor investigadas, os principais resultados encontrados apontam para um baixo nível de evidenciação contábil e, conseqüentemente, da qualidade da informação contábil divulgada pelas organizações brasileiras do terceiro setor, quando comparadas às entidades do segundo setor.

No que tange à análise da relação entre as características das entidades do terceiro setor à qualidade da informação contábil, constatou-se que o tamanho e o tempo de constituição das entidades influenciam positivamente a qualidade da informação contábil divulgada. Conclui-se, assim, que organizações maiores e mais experientes tendem a apresentar melhor qualidade da informação contábil divulgada, o que pode estar atrelado à existência de controles mais eficientes, maior conhecimento das normas e experiência para lidar com os processos contábeis. Além disso, pode-se inferir que essas entidades devem deter conhecimento sobre a importância dos números contábeis para o processo de gestão. Além

disso, a classificação da entidade como OSCIP também contribui para a melhoria da informação contábil evidenciada.

Os resultados sugerem que a forma legal de uma organização sem fins lucrativos não possui influência sobre a qualidade da informação contábil, o que sugere que processos mais burocráticos na constituição de uma fundação e a obrigatoriedade de prestação de contas anualmente ao Ministério Público não é capaz de garantir a qualidade da informação prestada. Porém, observa-se também que organizações constituídas como associações não possuem obrigatoriedade de prestar contas, exceto aquelas qualificadas como UPF ou OSCIP, e dessa forma, também não possui influência para um maior nível de qualidade das informações contábeis.

Esses resultados demonstram ainda que as organizações sem fins lucrativos e órgãos regulamentadores precisam evoluir no processo de reporte da informação contábil, bem como na conscientização da importância desses relatórios para o processo de tomada de decisão e de prestação de contas públicas.

Os resultados deste estudo contribuem para a elucidação de alguns fatores como preditores para a qualidade da informação contábil das entidades do terceiro setor, para se ter um panorama acerca da temática no contexto estudado, bem como para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à gestão, contabilidade e suas informações no contexto das organizações sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BALL, R.; FOSTER, G. Corporate financial reporting: a methodological review of empirical research. **Journal of Accounting Research**, v. 20, p. 161-234, 1982.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n.1-3, p. 77-104, 2001.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BAUWHEDE, H. V.; WILLEKENS, M.; GAEREMYNCK, A. Audit firm size, public ownership, and firms' discretionary accruals management. **The International Journal of Accounting**, v. 38, p. 1-22, 2003.
- BEHN, B.K.; DeVRIES; D.D.; LIN, J. The determinants of transparency in nonprofit organizations: an exploratory study. **Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, n. 1, p. 6-12, 2010.
- BEISLAND, L. A.; MERSLAND R. Earnings quality in nonprofit versus for-profit organizations: evidence from the microfinance industry. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 20, n. 10, p. 1-20, 2013.
- BHOJARAJ, S.; BLACCONIERE, W.; D'SOUZA, J. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 1, p. 207-252, 2004.
- BRANDÃO, I. F.; ASSUNÇÃO, R. R.; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Fatores determinantes do disclosure de guidance das companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 21, p. 87-114, 2013.
- CANG, Y.; CHU, Y.; LINS, T.W. An exploratory study of earnings management detectability, analyst coverage and the impact of IFRS adoption: evidence from China. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, n. 4, 2014.

- CARDOZO, J. S. S. O papel do auditor na sociedade ou o que a sociedade espera do auditor. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 18, n. 56, p. 44-52, 1989.
- CRUZ, C. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. **Accounting Review**. v. 77, p. 35-59, 2002.
- DECHOW, P.; GE, W.; SCHARAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.
- DOYLE, J.; GE, W. McVAY, S. Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, p. 193-223, 2007.
- FALCONER, A. P.; VILELA, R. **Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.
- FALK, H. Towards a framework for not-for-profit accounting. **Contemporary Accounting Research**. Toronto, v. 8, n. 2, p. 468-499, 1992.
- GABRIEL, F.; SILVEIRA, A.D.M.S. Qualidade da Informação Contábil e Análise de sua Relação com a Estrutura de Governança Corporativa das Firms no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. CD-ROM.
- GREENLEE, J. S.; BROWN, K. L. The impact of accounting information on contributions to charitable organizations. **Nonprofit Management & Leadership**. Stamford, v. 13, p. 111-125, 1999.
- HAGER, M. A.; POLLAK, T.; ROONEY, P. Variations in Overhead and Fundraising Efficiency Measures: The Influence of Size, Age, and Subsector. **Working Paper**. Annual Conference of the Association for Research on Nonprofit Organizations and Voluntary Action. Miami, 2001.
- HOLANDA, A. P.; MENESES, A. F.; MAPURANGA, P. V. R.; DE LUCA, M. M. M; COELHO, A. C. D. Determinantes do nível de disclosure em clubes brasileiros de futebol. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 2-17, jan./abril, 2012.
- IATRIDIS, G. E. Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. **International Review of Financial Analysis**, v. 20, n. 2, p. 88-102, 2011.
- JEGERS, M. **Managerial economics of non-profit organizations**. London: Routledge, 2008.
- JEONG, S. W.; RHO, J. Big Six auditors and audit quality: the Korean evidence. **The International Journal of Accounting**, v. 39, p. 175-196, 2004.
- KEATING, E. K.; FRUMKIN; P. Reengineering nonprofit financial accountability: toward a more reliable foundation for regulation. **Public Administration Review**, v. 63, n.1, Jan./Fev. 2003.
- KITCHING, K. Audit value and charitable organizations. **Journal Accounting Public Police**, v. 28, p. 510-524, 2009.
- LANG, M.; LUNDHOLM, R. Cross-sectional determinants of analyst ratings of corporate disclosures. **Journal of Accounting Research**, v. 31, n. 2, p. 246-271, 1993.
- LEE, G.; MASULIS, R. W. Seasoned equity offerings: quality accounting information and expected flotation costs. **Journal of Financial Economics**, v. 92, p. 443-469, 2009.

- LIMA, I. G. **Índice de conformidade de evidenciação (ICE):** uma aplicação. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, FECAP, São Paulo, 2010.
- MARCUELLO, C.; SALAS, V. Nonprofit organizations, monopolistic competition and private donations: evidence from Spain. **Public Finance Review**. v. 29, p. 183-207, may, 2001.
- MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.
- PARSONS, L. M. The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations. **Behavioral Research in Accounting**. Sarasota, v. 19, p 179-196, 2007.
- POWER, M. Auditing and the production of legitimacy. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, n. 4, p. 379-394, 2003.
- PUYVELD, S.V.; CAERS, R.; DU BOIS, C.; JEGERS, M. The governance of nonprofit organizations: integrating agency theory with stakeholders and Stewardship theories. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 431-451, 2012.
- SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. **Defining the nonprofit sector:** a cross-national analysis. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- SAXTON, G.D.; KUO, J.S.; HO, Y.C. The determinants of voluntary financial disclosure by nonprofit organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 6, p. 1051-1071, 2011.
- SILVA, C. E. G.; RESENDE, T. A.; MUNIZ, R. M. CKAGNAZAROFF, I. B. Formas jurídicas no terceiro setor brasileiro: estatuto legal, evidências empíricas e formalismo. **Caderno Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 16, n. 58, 2011.
- TINKELMAN, D. **An empirical study of the effect of accounting disclosure upon donation to nonprofit organizations**, 1997, Dissertation (Doctoral Program in Accounting) – Graduate School of Business Administration, New York University, 1997.
- WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior? **Journal of Public Economics**. Amsterdam, v. 30, n. 1, p.83-96. jun. 1986.
- TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. Finances reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations. **Advances in Accounting**. Oxford, v. 23, p. 263-285, 2007.
- YETMAN, M. H.; YETMAN, R.J. The effects of governance on the financial reporting quality of nonprofit organizations. **Working Paper**. The University of California at Davis, California, 2004.